



PEDAGOGIA E SERVIÇO SOCIAL DESBRAVANDO A CIDADANIA: A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ARTICULAÇÃO DIALÓGICA DO CURRÍCULO NO ESPAÇO ESCOLAR

Divanir Candido Veloso Fagundes¹

Resumo

A análise objetiva discorrer sobre a necessidade da atuação do/a assistente social no espaço escolar para a construção crítica e politizada da cidadania. As minhas experiências em espaço escolar de 2004 até meados de 2015 e em espaço não-escolar desde 2012 possibilitou a percepção da necessidade de um profissional para orientar famílias, professores (as) e demais profissionais da escola no acesso a seus direitos, à cidadania e aos pressupostos da autonomia crítica. Em 2012 fui aprovada em um concurso público no município de Palhoça e lotada na Assistência Social, tive a primeira experiência na pedagogia em espaço não-escolar ao compor equipe de referência com assistente social, psicólogo, e advogado. A transição pelos dois espaços escolar e não-escolar possibilitou a análise que segue a qual ira demonstrar a necessidade da construção de um currículo que será construído pela multiplicidade e pela ótica da participação do assistente social na escola.

Palavras-Chave: Assistente Social; Educação; Ação dialógica e Currículo.

1.INTRODUÇÃO

Atuar como professora efetiva das séries iniciais em uma escola pública de São José – SC de 2004 até junho de 2015 e atuar como pedagoga no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, desde 2012 até a presente data, proporcionou um olhar fértil e crítico sobre o período de docência praticado na escola durante os anos como professora. Observar a prática docente e as inter-relações desenvolvidas no espaço escolar pela ótica externa aos muros da escola supracitada fomentou um intrigante desejo de analisar o contexto vivenciado ali.

As experiências advindas das práticas desenvolvidas como integrante das equipes de referências do CREAS possibilitaram perceber o quão sucateado se encontra o processo dialógico, político e emancipador dentro da escola.

Durante o período de atuação na escola por muitas vezes a ação docente esteve permeada por discussões acerca da garantia de direitos dos alunos e alunas, dos próprios docentes e da comunidade escolar, porém as discussões eram barradas pela ineficiência do discurso acrítico e dependente dos vícios há muito reproduzidos na escola, entre eles, a gestão não democrática, a formação de professores voltada para a submissão e para a neutralidade e a acriticidade do discurso se mostravam como as barreiras que emperravam os avanços para a autonomia e a produção de uma educação emancipatória.

Diante do exposto, a análise que segue irá demonstrar como se faz urgente a construção de um currículo emancipador, crítico e politizado no seio da escola. Pela experiência vivenciada e produzida no percurso da ação docente entre 2004 e 2015 e após a experiência em um contexto de espaço não-escolar (CREAS), o qual possibilitou acreditar na garantia de direitos, e ainda acreditar em uma escola plural, emancipada e dialógica, se

¹ divaveloso@gmail.com - Assistência Social.



fortalece a necessidade da construção de um currículo que será construído pela multiplicidade e pela ótica da participação do assistente social na escola. Para contribuir com a análise alguns autores se fazem necessários, entre eles Freire (1987), Machado (2006), Moreira e Silva (1995), Ribeiro. A, (2013), Ribeiro. R, (2008), Rodrigues (2014), entre outros.

2 A GÊNESE DA AÇÃO ANTI-DIALÓGICA NA EDUCAÇÃO

A educação inicia sua trajetória no Brasil trilhando os caminhos da exclusão e da domesticação. A chegada dos portugueses deu início à introdução-invasão de múltiplos costumes, outras culturas e a imposição de uma pseudo-educação destinada aos habitantes da nova terra, a domesticação mascarada pela catequização. O Ratio Studiorum² foi o método de ensino utilizado pelos jesuítas para organizar e desenvolver todas as ações destinadas à prática educativa dos objetivos da coroa portuguesa à época.

O trabalho de catequização e conversão do gentio ao cristianismo, motivo formal da vinda dos jesuítas para a Colônia brasileira, destinava-se à transformação do indígena em “homem civilizado”, segundo os padrões culturais e sociais dos países europeus do século XVI, e à subsequente formação de uma “nova sociedade”. Essa preocupação com a transformação do indígena em homem civilizado justifica-se pela necessidade em incorporar o índio ao mundo burguês, à “nova relação social” e ao “novo modo de produção”. Desse modo, havia uma preocupação em inculcar no índio o hábito do trabalho, pelo produtivo, em detrimento ao ócio e ao improdutivo. (SHIGUNOV NETO, 2008).

Enquanto docente das séries iniciais do ensino fundamental, observava ainda nos livros didáticos, a presença da imposição das culturas dominantes, o homem branco em evidência, os heróis da história sempre narrados pela ótica dominante e unilateral. É possível perceber as imposições amordaçadoras na prática docente, as quais geralmente estão disfarçadas nos livros didáticos, com histórias narradas contendo os mesmos heróis, ou com as ideias preconceituosas e estigmatizantes que permeiam os conteúdos das páginas dos livros que são distribuídos nas escolas para a construção dos conhecimentos das gerações brasileiras. Porém muitos professores não percebem as imposições subentendidas e mascaradas nas teorias, currículos e formações, as quais são responsáveis pela construção do conhecimento nas escolas.

No Brasil, o culto aos heróis nacionais esteve sempre associado à recuperação de um passado glorioso. Um dos princípios básicos deste pensamento era o da ação individual em nome do coletivo, do sacrifício em prol da nação. Basta analisar alguns livros didáticos, desde o começo do século XX, para se identificar o elenco dos heróis no panteão nacional. Eles seriam os grandes protagonistas dos principais eventos formadores de nossa História. É o caso de figuras como Pedro Álvares Cabral, padre Anchieta, Tiradentes e D. Pedro I. (RIBEIRO, 2008).

No decorrer da história brasileira não é difícil encontrar vestígios da lógica escravagista, domesticadora e comprometida em manter uma educação com viés de

² O Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Jesu, mais conhecido pela denominação de Ratio Studiorum, foi o método de ensino, que estabelecia o currículo, a orientação e a administração do sistema educacional a ser seguido, instituído por Inácio de Loyola para direcionar todas as ações educacionais dos padres jesuítas em suas atividades educacionais, tanto na colônia quanto na metrópole, ou seja, em qualquer localidade onde os jesuítas desempenhassem suas atividades. O Ratio Studiorum não era um tratado sistematizado de pedagogia, mas sim uma coletânea de regras e prescrições práticas e minuciosas a serem seguidas pelos padres jesuítas em suas aulas. Portanto, era um manual prático e sistematizado que apresentava ao professor a metodologia de ensino a ser utilizada em suas aulas (SHIGUNOV NETO, 2008).



subalternidade. Desde a gênese do processo educativo sistematizado no Brasil as ações anti-dialógicas se fizeram presentes, e no decorrer dos séculos não foi muito diferente.

2.1 O currículo: uma mordaza ou um instrumento para fomentar a ação dialógica

As transformações sociais e culturais inerentes aos processos humanos, as concepções de homem, sociedade, história, cultura, aprendizagem, ensino e conhecimento, quando transportadas para a sala de aula se condensam no currículo. Vários estudos possibilitaram uma maior ampliação do conhecimento sobre o currículo, SILVA e MOREIRA trazem contribuições significativas acerca da compreensão do conceito de currículo.

[...] o currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. (MOREIRA & SILVA, 1995, p. 08).

As identidades individuais e particulares irão ser produzidas, moldadas, ignoradas, construídas ou negligenciadas pelo currículo que se realiza na e para a escola. “O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.” (MOREIRA & SILVA, 1995, p. 7-8)

O currículo é sempre intencional, e por reger as ações na escola, necessita de atenção por todos os sujeitos da escola. Ao olhar para o passado e ver o resultado das políticas que construíram a educação, ainda se percebem barreiras impedindo a ação dialógica e emancipadora nas escolas. Entretanto, a organização curricular é uma necessidade, mas precisa contemplar a realidade, uma vez que o currículo deve ser contextualizado, ser o desenho da realidade, estar exposto e ser construído por todos.

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2004, p. 150)

O currículo poderá ser o instrumento de emancipação ou de domesticação da escola. Sendo assim, o currículo poderá ou não ser um instrumento emancipador. Como é a representação de todas as ações que se realizam na escola poderá se traduzir na ruptura com a ação anti-dialógica ou com a manutenção da mesma. O currículo deve ser construído pela multiplicidade de olhares de diferentes autores, deve conter a percepção e a intenção de cada segmento, de cada profissional, criança, adolescente, familiares da comunidade escolar. Nesse momento não há como negar a importância da construção coletiva do currículo. É preciso refletir sobre o processo dialógico e emancipador na construção e efetivação do currículo e para tanto, hoje, em espaço não-escolar visualizo a necessidade do assistente social para a construção política, crítica e emancipadora desse documento que é a própria escola: o currículo.

3 CONSTRUINDO A AÇÃO DIALÓGICA PELA ÓTICA MULTIDISCIPLINAR

A relação existente entre educação, ação-dialógica, comunicação e reflexão é ainda precarizada durante as práticas docentes. São fartas as práticas didático-pedagógicas que excluem as atividades de construção dialógica, politizada e contextualizada, assim como ainda são raros os professores, professoras e escolas que se permitem a construção de projetos interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares.



A escola precisa de ações constituídas por práticas que viabilizem a educação e o acesso ao conhecimento, precisa tirar as amarras da imaginação, libertar as aprendizagens significativas e incorporar as ações criativas e contextualizadas. É necessário superar o ensino engessado e aprisionado. Precisa-se de movimentos estruturais que valorizem a comunicação da afetividade, da criticidade e da emancipação. É dever da escola oportunizar aprendizagens possíveis, acessíveis por e para todos.

Diante deste contexto, muitas vezes a ação docente é minada pelas emergências cotidianas e as possibilidades de acesso, sucesso e permanência na escola se tornam cada vez mais distantes.

A escola está carente de discurso, de comunicação, de emissores e receptores. Há meios para revolucionar o processo de ensino e aprendizagem, porém, é imprescindível ressuscitar a ação dialógica. Para Freire (1987, p. 45) enquanto, na ação antidialógica, a manipulação, “anestesiando” as massas populares, facilita sua dominação, na ação dialógica, a manipulação cede seu lugar à verdadeira organização.

Os novos contextos da educação escolar e inclusiva desafiam os professores e professoras a repensar as práticas didático-pedagógicas, a investir no conhecimento dos processos de comunicação significativa, dialógica. É fundamental perceber que a aprendizagem possui diferentes caminhos para ser acessada e a educação aliada à comunicação em toda a sua plenitude e formas de acesso irá possibilitar o regresso dos evadidos, a aprendizagem ao alcance de todos, já que a educação ainda não é para todos.

As ideias freirianas sobre a interface Comunicação e Educação têm sido fontes inspiradoras para a adoção da perspectiva dialógica no uso dos diversos meios de comunicação, levando à necessidade de se repensar a própria educação do ponto de vista da gestão dos processos de comunicação inerentes aos atos de ensinar e aprender. Outro pensador contemporâneo que se volta para o tema da ação dialógica é Jürgen Habermas (2002). Autor da Teoria da Ação Comunicativa, para ele, o principal caminho da investitura do homem enquanto ser social não é o trabalho ou a produção, mas a comunicação, e, nesse sentido, propõe uma análise mais aprofundada da práxis dessa atividade humana. Aqui vale destacar que suas reflexões não se originaram de observações sobre campos específicos, como seriam os da Educação ou da Comunicação, mas sobre o mundo social como um todo. (SOARES, 2014).

A perspectiva diante dos apontamentos até aqui explicitados se tornará possível se os meios de produção do conhecimento, se o currículo e as inter-relações escolares forem pensados pela ótica multidisciplinar d ação dialógica. O espaço escolar demanda um olhar múltiplo.

A experiência como docente possibilitou perceber o quanto a riqueza dos múltiplos conhecimentos das diferentes áreas promove a ação dialógica. Como docente sentia dificuldade em atuar numa perspectiva multi e transdisciplinar, pois a escola ainda não fez a lição de casa, ainda desarticula o saber e transforma-o em compartimentos de saberes, fragmentando e impedindo que ações diferentes da anomia tradicional sejam realizáveis. Entretanto é possível transgredir a realidade e penetrar nos discursos únicos e repetíveis. É possível superar a mordaza da ação docente escrita pelo giz e apoiada pela insensatez de avaliar a aprendizagem silenciada pela cópia e pela escrita desarticulada da comunicação.

Construir a ação dialógica ainda demandará um tempo longo de construção nas escolas, porém precisa iniciar. A busca pela construção da ação dialógica irá possibilitar a construção do currículo contextualizado com as vozes de todos os sujeitos pertencentes à escola. Entretanto o contexto escolar está desfalcado com o olhar e a voz do assistente social, profissional capacitado para o diálogo democrático, crítico e voltado para além do acesso à escola, mas para o acesso à educação cidadã, crítica e politizada.



4 O ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA RE-INSERÇÃO MAIS QUE NECESSÁRIA

Discorrer sobre a re-inserção do assistente social no ambiente escolar se pauta nos aspectos já descritos até aqui e na observação da reduzida participação desse profissional no espaço escolar. Sabe-se que no Brasil a atuação do assistente social já ocorreu em décadas anteriores, mas ainda não possuía a estruturação sócio-histórica de atuação da atualidade. A atuação ainda mínima do assistente social na política educacional é observada no âmbito das escolas públicas das esferas municipais e estaduais, nas escolas federais o cenário é diferente. O motivo esbarra na falta de legislação.

Parte do motivo da reduzida atuação da profissão dentro da educação pública é devido a falta de leis que garantam a sua entrada. Devido a falta de regulamentação, existe a carência dos assistentes sociais na educação, e no campo de trabalho das escolas, interagindo diretamente com o aluno e suas famílias. Com isso, a PEC 13/2007 (Projeto de Lei), vem tramitando para alterar esta realidade. O projeto coloca legalmente o serviço social na área educacional, para atuar diretamente com as situações de violação de direitos sociais. (RODRIGUES, 2014, p. 33)

A morosidade de regulamentação de leis já é um fato histórico no Brasil, porém, a construção dialética e reflexiva dentro das escolas precisa desacelerar a morosidade, é necessário a divulgação em massa dos benefícios de inserir definitivamente o assistente social no contexto escolar. A atuação do assistente social dentro das escolas irá auxiliar na compreensão da contribuição de um olhar crítico e emancipador entre família, escola e docentes, assim como a reflexão dialógica acerca da existência de garantia de direitos sociais que os profissionais da educação desconhecem, a maioria das famílias não imaginam existir e uma parcela gigante de crianças, adolescentes e jovens das escolas brasileiras estão fadados ao desconhecimento.

O currículo construído nas escolas brasileiras necessita da atuação direta do assistente social, O currículo é a voz gráfica da escola, nele estão registrados todas as ações a serem realizadas na escola, as quais devem ser construídas coletivamente. O Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, o Conselho Escolar, a Associação de Pais e Professores – APP, o Grêmio Estudantil e as demais organizações que visam a garantia de direitos devem ter a participação do assistente social, pois, são o currículo, a própria escola em movimento, são a realidade intencional ou não construída no contexto escolar.

A participação do assistente social no espaço escolar, além de contribuir para a garantia do acesso e da permanência de todos na escola irá possibilitar a concretização da gestão democrática e ainda:

[...] a compreensão de que o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/as profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional. (RIBEIRO et al. 2012).

O alcance da atuação profissional do assistente social precisa ser divulgada em todos os espaços escolares, pois estes ainda desconhecem a atuação desses profissionais, o que vulgariza a profissão pelos boatos medíocres que anunciam o serviço social como mais um Ratio Studiorum da educação. Muitos profissionais da educação erroneamente pensam que a atuação desse profissional irá barrar a autonomia dos professores, ou



interferir nos processos exclusivos da Pedagogia, porém pelo desconhecimento, não compreendem a força da ação dialógica desse profissional dentro dos espaços escolares.

Assim como eu, ressignifiquei meu olhar após a experiência em um espaço não-escolar convivendo com assistentes sociais, penso que é urgente levar essa experiência para dentro das escolas. Enquanto estava em sala de aula sentia a falta de um profissional que auxiliasse a escola no acesso às informações de garantias de direito, às vezes, alguns profissionais eram chamados para as paradas pedagógicas, mas como sempre eram da área da Pedagogia, Sociologia, ou da Filosofia, enfim, não havia o conhecimento do Serviço Social e da profissão assistente social nos mementos de formação dentro da escola.

É preciso levar até as escolas o alcance que a atuação do assistente social pode ter e assim possibilitar a construção de uma escola plural, com vistas à inter-multi e transdisciplinaridade. A ação dialógica florescerá nos espaços escolares e o currículo será construído e vivido por mais uma voz, e irá ecoar a produção ainda dormente de cidadãos críticos, politizados e autônomos capazes de reconhecerem-se como sujeito de e do direito. Teremos então uma escola que respeita todos os seus envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

... compreende-se que, no processo de inclusão, cabe à escola se adaptar às condições dos alunos e não os alunos se adaptarem ao modelo da escola. Infere-se, portanto, que a inclusão exige ruptura no atual sistema educacional, pois estabelece o acesso à escola sem discriminações, sem excluir ninguém do infinito significado do conceito de educar. Essa postura ainda será mais ética se superar o falar e o decidir pelo outro, comportamento tão comum nas práticas sociais que envolvem pessoas diferentes (MACHADO, 2006, p. 69).

Essa ruptura com a ação anti-dialógica do falar e decidir pelo outro poderá acontecer com as múltiplas vozes dentro do contexto escolar e espero que o/a assistente social seja uma dessas vozes muito em breve.

5 CONCLUSÃO

A experiência apenas em espaço escolar não permitia perceber a importância do profissional do Serviço Social para a construção coletiva do processo emancipador e crítico da cidadania, bem como dos processos de acessibilidade aos direitos advindos da formação do assistente social.

Quando inserida apenas no espaço escolar me apropriava do discurso preconceituoso em relação aos assistentes sociais e por falta de conhecimento não percebia a necessidade da atuação dos mesmos na escola, entretanto, sentia a ausência de um profissional para compartilhar com a comunidade escolar das angústias e falta de esclarecimentos em relação a garantia de direitos de toda a ordem. Percebia a necessidade de um profissional para orientar as famílias, os professores e demais profissionais da escola no acesso a seus direitos, à cidadania e aos pressupostos da autonomia crítica. Percebia constantemente o quanto os profissionais da escola, as famílias e os próprios alunos e alunas se sentiam, muitas vezes, em dúvida sobre o agir em determinadas situações que o acesso aos direitos básicos se faziam presentes na escola. Pensava que um profissional deveria fazer parte do corpo docente da escola para informar e possibilitar acesso às informações que faziam eco dentro da escola. Porém eu não tinha ideia sobre quem seria esse profissional.

Em 2012 fui aprovada em um concurso público no município de Palhoça e fui lotada na Assistência Social. Minha primeira experiência na pedagogia em espaço não-escolar. Fui encaminhada ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS para compor equipe de referência com assistente social, psicólogo, e às vezes com advogado.



A experiência que fui desenvolvendo nesse espaço não-escolar me possibilitou perceber o quanto se faz urgente a construção de um currículo emancipador, crítico e politizado no seio da escola. Após a experiência em um contexto de espaço não-escolar (CREAS), o qual possibilitou acreditar na garantia de direitos, e ainda acreditar em uma escola plural, emancipada e dialógica, percebo que o currículo precisa ser construído pela multiplicidade e pela ótica da participação do assistente social na escola,

O alcance da atuação profissional do assistente social precisa ser divulgada em todos os espaços escolares.

Eu ressignifiquei meu olhar após a experiência em um espaço não-escolar convivendo com assistentes sociais, vivenciando as significativas ações dialógicas construídas na multidisciplinaridade. É preciso levar até as escolas o alcance que a atuação do assistente social pode ter e assim possibilitar a construção de uma escola inclusiva, com acesso, permanência e sucesso em todos os aspectos.

O currículo deve ser construído pela multiplicidade de olhares de diferentes autores, deve conter a percepção e a intenção de cada segmento, de cada profissional, criança, adolescente e familiares da comunidade escolar. Nesse momento não há como negar a importância da construção coletiva do currículo. É preciso refletir sobre o processo dialógico e emancipador na construção e efetivação do currículo e para tanto, hoje, em espaço não-escolar visualizo a necessidade do assistente social para a construção política, crítica e emancipadora desse documento que é a própria escola: o currículo.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em <<http://forumeja.org.br/files/PedagogiadoOprimido.pdf>> Acesso em: 06/08/2015

MACHADO. Paulo César. **Integração/Inclusão na escola regular: um olhar do egresso surdo**. IN: QUADROS, Ronice Müller de. (org.). Estudos surdos I. Petrópolis, RJ. Arara Azul, 2006. Capítulo 2.

MOREIRA, Antonio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria do currículo: uma introdução. IN: _____. (Orgs.) **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

RIBEIRO. Alessandra. BRAGA. Maria Elisa dos Santos et al. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação**. 2013. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf> Acesso em: 10/08/2015

RIBEIRO. Renilson Rosa. **Heróis de ocasião**: engrandecidos, destratados ou esquecidos, nossos grandes personagens históricos mudaram de feição nos livros didáticos ao sabor dos ventos da época. Revista de História 2/9/2008. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/herois-de-ocasio>> Acesso em: 30/07/2015

RODRIGUES, Elisa Damato de Lacerda. Serviço Social no âmbito da educação básica pública: análise a partir dos conceitos norteadores da ação profissional informados nas dissertações do programa de pós - graduação do DSS/ UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina - Centro Sócio Econômico Departamento de Serviço Social. Florianópolis,



SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

2014 TCC. Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/133049> >
Acesso em: 07/08/2015.

SHIGUNOV NETO, Alexandre.; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **O ensino jesuítico no período colonial:** algumas discussões. Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf> Acesso em: 20/07/2015
SILVA. Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOARES. Ismar de Oliveira. **Educomunicação e a formação de professores no século XXI**, 2014. [Página Inicial](#) > **v. 4, n. 2 (2015)**. Revista FGV Online. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revfgvonline/article/view/41468/40212>> Acesso em 29/07/2015.